



Ementas

1º Semestre de 2020



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Concepção Clássica de Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa compreender o conceito de justiça desde a antiguidade até a modernidade com grande repercussão na era Contemporânea. Trata-se de um estudo dos fluxos e influxos do pensamento filosófico. Não prescindiremos da perspectiva histórica (não linear) e estrutural. Por conta disso, os autores serão estudados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas propostas sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados, pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal do Justo.

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Álvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. Enciclopédia Jurídica PUCSP. <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

DE CICCIO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2017, 8ª edição revista.

MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de. Estudos Inéditos de Filosofia Antiga, edição crítica, tradução e prefácio de Hernâni Resende, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Serviço de Educação e Bolsas), 2005.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	André Ramos Tavares
Professor Convidado:	Marina Faraco Lacerda Gama
Disciplina:	STF: Dimensões e Função na Democracia
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina pretende realizar uma análise das funções fundamentais e dimensões do STF, a partir dos elementos fornecidos pela teoria da Justiça Constitucional e da circulação no pós-Segunda Grande Guerra, do modelo alemão pelo Ocidente. Os seguintes conceitos, tópicos e institutos serão analisados nessa perspectiva: Limites e interferências entre o político e o jurídico, "deference" e auto-contenção. Ativismo. Back lash. A mutação constitucional informal e o poder constituinte permanente. Hüter e Herr da Constituição. Casos paradigmáticos julgados pelo STF. Quis custodiet custodes? Levantamento das diversas dimensões (ou falta delas) de sua legitimidade, democrática, funcional, técnica e material. Democracia inclusiva, processo de democratização e onde se situa o STF. A Constituição como cultura e a sociedade aberta de intérpretes: o pensamento de PETER HÄBERLE. Importância no contexto atual brasileiro. Economia, poder econômico e decisões constitucionais. Consequencialismo e pragmatismo judicial. Crise (econômica) como padrão decisório-jurisprudencial e a tese da falta de alternativas (escassez como modelo de pensamento teórico). Modernas técnicas de decisão da Justiça Constitucional e suas implicações jurídicas e impactos na Democracia: interpretação conforme a Constituição e sentenças manipulativas em geral, especialmente sentenças aditivas. Signaling. Considera-se aspecto relevante da metodologia a ser empregada o estudo do STF como modelo e a (crítica da) aplicação de conceitos e novas teorias, sob certas premissas e condições. Estimula-se, da mesma forma, o levantamento minucioso de casos concretos específicos para compreensão e teste de teorias e posicionamentos, bem como para ilustração das exposições conceituais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

DALY, Tom Gerald. *The alchemists: questioning our faith in courts as democracy-builders*. Cambridge: Cambridge Press, 2017.

KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes.

TAVARES, André Ramos. "Justiça constitucional: originalidades históricas e tipicidade latino-americana", In *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, mai./ago. 2014, ano 8, n. 30, pp. 245-62.

_____. *Paradigmas do judicialismo constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Teoria da Justiça Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Arlete Inês Aurelli
Professor Convidado:	João Batista Lopes
Disciplina:	Garantias Constitucionais do Processo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Exame das normas processuais constitucionais com ênfase nas principais garantias processuais constitucionais e instrumentos de tutela de direitos, previstos na Constituição Federal, a luz não somente do modelo constitucional do processo, mas também da doutrina e precedentes das cortes superiores. Direito processual constitucional, direito constitucional processual e modelo constitucional do direito processual civil.

Bibliografia

ABBOUD. GEORGES. Jurisdição Constitucional e direitos fundamentais. São Paulo: editora revista dos tribunais.

ALEXY, Robert. Três escritos sobre los derechos fundamentales y la teoría de los principios. Trad Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

ALVIM, Teresa Arruda. Nulidades do Processo e da Sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

AURELLI. Arlete Inês. Verbete Juízo de admissibilidade na Enciclopédia de Direito da PUC/SP: in oliveira Neto, Olavo; Scarpinella Bueno, Cassio. (Org.). Enciclopédia Jurídica PUCSP – Tomo de Direito Processual Civil. 1. led. São Paulo: São Paulo, 2018, v. I, p. 207.

____ AS CONDIÇÕES DA AÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. In: Helder Moroni Câmara; Lucio Delfino; Luiz Eduardo Ribeiro Mourão, Rodrigo Mazzei. (Org.). ASPECTOS POLÊMICOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1ed. São Paulo: ALMEDINA BRASIL, 2018, v. 1, p. 147-167.

____ Institutos fundamentais do processo civil: jurisdição, ação e processo. Revista Brasileira de Direito Processual. v. 89, p. 10-25, 2015.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

CANOTILHO. José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 7^a. Edição. Coimbra: Editora Almedina, 2004.

GOZAINI. Osvaldo Alfredo. El debido proceso. Buenos aires. Rubinzal-Culzoni Editores, 2004.

JUNOY, Joan Picó. El derecho a la prueba en el proceso civil. Barcelona: Bosch, 1996.

NERY JR. Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. São Paulo: Revista dos Tribunais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Carla Teresa Martins Romar
Professor Convidado:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Relações de trabalho e relação de emprego: novos paradigmas à luz das cláusulas gerais e das novas disposições trabalhistas individuais e coletivas
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

As novas relações de trabalho desafiam o modelo de proteção trabalhista tradicional e trazem reflexões quanto ao papel transformador evolução tecnológica e o sistema de proteção social. Empregados diferenciados por cargos e por remuneração desafiam a interpretação do disposto pelo artigo 444 da CLT em sua nova redação da Lei nº 13.467/17. Do lado empresarial, as novas estruturas empresariais e as mudanças na economia desafiam a adequação de novos modelos trabalhistas em sua forma de proteção social. A flexibilização ou flexibilidade do direito do trabalho, considerando a busca de empregabilidade. O exercício da "cidadania da empresa".

Bibliografia Básica:

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil. Introdução ao direito civil constitucional, Rio de Janeiro, Renovar;

LEAL AMADO, João. Contrato de trabalho, Coimbra, Coimbra Editora;

SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora;

ABRANTES, José João. Contrato de trabalho e direitos fundamentais, Coimbra, Coimbra Editora;

RUA DE ALMEIDA, Renato (org.). Direitos laborais inespecíficos, São Paulo, Editora LTr.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito do Trabalho.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Clarice Von Oertzen de Araújo
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Pragmatismo
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina propõe a apresentação das principais características da doutrina do Pragmatismo Jurídico, mediante a exploração das seguintes etapas:

- Investigar as correlações entre crença e ação na perspectiva do método pragmatista;
- Verificar as relações entre o pragmatismo filosófico e o pragmatismo jurídico;
- Examinar as posições do pragmatismo filosófico e jurídico sobre as questões da verdade e da justiça na aplicação da lei em situações controversas;
- Apresentar as características gerais do pragmatismo jurídico: o antifundacionalismo, o consequencialismo, o contextualismo e a instrumentalidade nos processos de concretização do Direito;
- Explicar como o pragmatismo jurídico superou a dicotomias entre juízos de fato (ser) e juízos de valor (dever-ser);
- Esclarecer os ganhos que o silogismo abduativo é capaz de trazer para o raciocínio jurídico e para a aplicação da lei aos casos concretos, a fim de fornecer:
 - a) qualificação de fatos relevantes;
 - b) construção de fatos jurídicos e implicações probatórias;
 - c) identificação dos princípios jurídicos relevantes;
 - d) formulação da melhor hipótese para a consecução de uma finalidade pretendida.

Bibliografia Básica:

DEWEY, John. Logical Method and Law. The Philosophical Review, vol. 33, nº 6 (Nov., 1924), pp. 560-572.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. O pragmatismo no Supremo Tribunal Federal Brasileiro. In BINENBOJM, Gustavo; NETO, Claudio Pereira de Souza; SARNENTO, Daniel. Vinte anos da Constituição Federal de 1988.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris 2009.

NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt. Um método para a investigação das consequências: a lógica pragmática da abdução de C. S. Peirce aplicada ao Direito. João Pessoa, Ideia, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo: teoria social e política. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2005.

REGO, George Browne. O pragmatismo como alternativa à legalidade positivista: o método jurídico-pragmático de Benjamin Natham Cardozo. In Revista Duc In Altum - Caderno de Direito, vol. 1, n° 1, jan/dez de 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito II - A Concepção Clássica da Justiça e o Relativismo Moderno
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina FILOSOFIA DO DIREITO II: A CONCEPÇÃO CLÁSSICA DA JUSTIÇA E O RELATIVISMO MODERNO visa fornecer ao candidato ao Mestrado em Direito uma ideia clara do que seja a noção de justiça dos pensadores clássicos como Platão, Aristóteles e Cícero, efetivada no direito romano pretoriano da época jurisprudencial, acompanhando, em seguida, o percurso até o relativismo moderno. Analisa-se o conflito do pensamento racionalista com o empirista no século XVII, que culminou no ceticismo de Hume, a seguir no subjetivismo gnosiológico e ético da filosofia liberal de Kant, no século XVIII. Trata-se, em seguida, da insuficiência do conhecimento dogmático abstrato do sistema das normas, decorrente da Escola de Exegese do Direito até o Positivismo Jurídico de nossos dias, que não se preocupa com a efetivação da justiça, e, epistemologicamente, ignora a realidade social e econômica em que as leis são aplicadas.

Fica clara a necessidade de situar o campo de ação do jurista, o mundo ético, descortinando as várias partes da filosofia, e distinguindo claramente o mundo do ser do mundo do dever ser. O aluno reconhecerá a diferença entre juízos de realidade e juízos de valor. Através de aulas expositivas e seminários, tomará contato com os grandes nomes da filosofia política e jurídica clássica, moderna e contemporânea, autores inseridos em épocas diversas, alicerçadas em valores fundantes diferentes e até mesmo opostos. Conhecerá as questões levantadas por cada autor em suas obras e avaliará as soluções propostas, com senso crítico. Facilmente perceberá que muitas vezes os autores, em nossa época, se completam, indicando caminhos díspares, a partir de diferentes pontos de vista, mas confluindo quase sempre para a afirmação de um valor-fonte de todos os valores que é a dignidade da pessoa humana.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca & ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Atlas, 12^a edição, 2016.

BOBBIO, Norberto. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo, Editora UNESP, 1^a edição, 2016.

DE CICCO, Cláudio. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 8^a edição, 2017.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20^a edição, 2002, 9^a tiragem, 2011.

SOLON, Ari Marcelo. Os Caminhos da Filosofia e da Ciência do Direito. Curitiba, Editora Prismas, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Algumas das principais teorias sobre o que seja o direito, objeto da Ciência do Direito, através de aulas expositivas e debates em seminários, desde a concepção clássica romana de Ulpiano ("o direito é a arte do bom e do justo") até as mais recentes visões do direito como "sistema de generalização congruente das expectativas comportamentais" (Niklas Luhmann), passando pela compreensão sociológica do "direito como fato" de Émile Durkheim; "direito como fato e como norma" no dualismo de Georg Jellinek; "o direito como norma pura" na redução de Hans Kelsen; "o direito como instituição", como pretende Maurice Hauriou; "o direito como integração fato-valor-norma", posição de Miguel Reale; "o direito como estrutura"(Norberto Bobbio). De tais teorias sobre a essência do direito decorrem inúmeras questões a serem analisadas como o conceito do que é fonte do direito, em matéria de nomogênese jurídica; o papel da argumentação na aplicação da norma; o papel da técnica e suas limitações na decisão jurídica; a inevitável implicação entre direito e política, entre poder econômico e acesso à justiça, enfim o enfoque fenomenológico e científico-positivo nos conduzirá, insensivelmente, a uma visão filosófica sobre a justiça e sua possibilidade concreta enquanto experiência.

Bibliografia Básica:

- BERGEL, Jean-Louis. Teoria Geral do Direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1ª edição, 2008.
- CARVALHO, Aurora Tomazini de. Curso de Teoria Geral do Direito. São Paulo, Editora Noeses, 1ª edição, 2009.
- REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo, Editora Migalhas, 4ª edição, 2014.
- REALE, Miguel. O Direito como Experiência. São Paulo, Editora Saraiva. 2ª edição, 1992, 4ª tiragem, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Cláudio José Langroiva Pereira
Professor Convidado:	Luiz Guilherme Arcaro Conci
Disciplina:	Integração de sistemas jurídicos de segurança e a proteção nacional e transnacional da pessoa
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direito Transnacional e os Estados de Direito - a democracia e os sistemas totalitários. Relações Internacionais e Governança Global. Políticas Públicas Nacionais e Internacionais em face da globalização. Realidade e expansão do direito: questões econômicas, políticas e sociais; guerras, bloqueios econômicos, corrupção; revisão legal de normas jurídicas nacionais, em face de interesses internacionais, e a pressão pela formação de uma consciência global.

2. A dignidade humana como parâmetro de interpretação jurídica e os princípios orientadores de soberania popular. A integração dos Estados de Direito, a formação de Comunidades e "Uniões" de Direito, e as políticas públicas.

3. Segurança Pública: os diversos níveis do ordenamento jurídico, sua comunicação, a integração entre os estados e os princípios e valores constitucionais. Funções de Defesa do Estado e da soberania nacional e os interesses supranacionais - Amazônia e Terrorismo como parâmetros.

4. Políticas Públicas de Segurança e sua finalidade de proteção da pessoa humana. Organismos internacionais de segurança: Europol, Eurojust, Ameripol. Os processos de integração internacional (sistemas e as políticas de segurança) e sua influência na legislação brasileira - políticas públicas, política criminal e efeitos legislativos.

5. Segurança pública e os direitos fundamentais: flexibilização de direitos, negativa de direitos. O discurso de ódio e seus reflexos nas políticas de segurança nacionais e internacionais.

6. Controle da corrupção e políticas públicas. O direito transnacional e sua influência sobre políticas públicas nacionais em face do fenômeno da corrupção. Os limites do direito transnacional e a soberania dos estados nacionais. As instituições estatais, os limites das políticas de persecução penal e os direitos individuais. A legislação brasileira e sua adaptação aos padrões transnacionais de política de



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

segurança e perseguição. 7. Terrorismo e políticas públicas. Os estados nacionais e a regulação pelo direito doméstico diante dos novos (e velhos) riscos. Os standards internacionais em matéria de terrorismo. A proteção da pessoa humana em âmbito doméstico e internacional e o direito de migração. A legislação brasileira e sua adaptação aos padrões transnacionais. 8. A influência dos processos internacionais de integração e as medidas de proteção individual do cidadão atingido por estes instrumentos: dignidade humana, nacionalidade, cidadania adquirida, imigração. 9. O público e o privado, a atitude social em face da segurança das instituições, da segurança social, da segurança econômica, da segurança ambiental. 10. Realidade e expansão do direito: questões econômicas, políticas e sociais; guerras, bloqueios econômicos, corrupção; revisão legal de normas jurídicas nacionais, em face de interesses internacionais, e a pressão pela formação de uma consciência global.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, Marcelo. (Org.); ARCARO CONCI, Luiz Guilherme (Org.); Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico. 1. ed. São Paulo: Editora Luman Juris, 2017.

MARTINS, Ana Maria Guerra (Coord.). Estudos de Direito Europeu e Internacional dos Direitos Humanos. Coimbra: Almedina, 2005.

PEREIRA, Claudio José Langroiva. Proteção Jurídico-Penal e direitos universais - tipo, tipicidade e bem jurídico universal, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

_____. (coordenação). Segurança Pública, Instituições Democráticas e seus elementos históricos, políticos e econômicos. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2019.

SILVA, Marco Antônio Marques da. & Miranda, Jorge (coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana, Lisboa/São Paulo: Editora Almedina / Quartier Latin, 2ª edição, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Eloisa de Sousa Arruda
Disciplina:	Justiça Penal Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina que se propõe ao estudo crítico e encaminhamento de pesquisas sobre a evolução dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e sua integração ao Direito Brasileiro com ênfase no Direito Penal e Direito Processual Penal.

Tratará também do desenvolvimento histórico de uma justiça penal internacional, desde o Tribunal de Nuremberg até o Tribunal Penal Internacional. Sob este prisma, serão enfocadas as regras relativas ao Direito Material e ao Direito Processual Penal aplicadas e aplicáveis nesse sistema de justiça.

Bibliografia Básica:

AMBOS, Kai, CARVALHO, Salo (org.). O Direito Penal no Estatuto de Roma: leituras sobre os fundamentos e aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Lumen Juris.

BAZELARIE, Jean-paul, CRETIN, Thierry. A Justiça Penal Internacional. São Paulo: Manole.

MARQUES DA SILVA, Marco Antonio - Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo, Oliveira Mendes.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. São Paulo: Saraiva.

STAHN, Carsten, HERIK, Larissa van den. Future perspectives on international criminal justice. Haia: T.M.C. Asser Press.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Flávia Cristina Piovesan
Disciplina:	Direitos Fundamentais e o Direito Constitucional Internacional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	14h30 às 18h30
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso objetiva desenvolver o estudo da relação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional dos Direitos Humanos, assim como a discussão sobre a emergência de um novo paradigma jurídico. Para tanto, será estudada a Teoria Geral dos Direitos Humanos, compreendendo as diversas concepções de direitos humanos, bem como de seu fundamento e desenvolvimento histórico. A partir desse marco teórico introdutório, serão examinados o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos e seu impacto no Direito Brasileiro, com enfoque nos principais tratados internacionais, bem como da jurisprudência emblemática, tanto do sistema global (ONU), como do sistema regional interamericano. Serão ainda avaliados o modo pelo qual o Direito Brasileiro incorpora e recepciona os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como o impacto jurídico que apresentam, mediante a análise de casos concretos.

Bibliografia Básica:

BOGDANDY, Armin von, FERRER MAC-GREGOR, Eduardo, ANTONIAZZI, Mariela Morales, PIOVESAN, Flavia (ed). Transformative Constitutionalism in Latin America: the emergence of a New Ius Commune". Oxford: Oxford University Press, 2017.

BOGDANDY, Armin von, ANTONIAZZI, Mariela Morales, PIOVESAN, Flavia Piovesan (ed), Ius Constitutionale Commune na América Latina - Diálogos jurisdicionais e Controle de Convencionalidade, (vols I-III). Curitiba: ed. Juruá, 2016.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18aed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 11aed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Guilherme de Souza Nucci
Disciplina:	Teoria do Crime em Perspectiva Constitucional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Princípios constitucionais do Direito Penal. Crime: conceitos material, formal e analítico. Confrontos do Direito Penal com a Criminologia e com a Política Criminal. Análise sistemática da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. A punibilidade como consequência do delito. Excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal, volumes 1 a 3.
_____. Leis penais e processuais penais comentadas, volumes 1 e 2.
_____. Princípios constitucionais penais e processuais penais.
ROXIN, Claus. Derecho penal - parte general.
WELZEL, Hans. Derecho penal alemán.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Ivo Waisberg
Disciplina:	Atualidades em Direito Comercial
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	07h30 às 12h30
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina pretende debater os temas atuais do Direito Comercial.

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. v. 3.

WAISBERG, Ivo. Direito de preferência para a aquisição de ações: conceito, natureza jurídica e interpretação. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2016.

NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2019.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Comercial.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Jacinto Silveira Dias de Arruda Câmara
Disciplina:	Questões contemporâneas das contratações públicas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Contratos administrativos no direito positivo brasileiro. Alteração dos contratos administrativos. O prazo nos contratos públicos. Extinção de contratos administrativos comuns (rescisão e invalidação). Quase-contratos administrativos. Contratos de concessão e outros instrumentos de outorga. Risco contratual e equilíbrio econômico-financeiro. Prorrogação de outorga de serviços públicos. Extinção das concessões. Contratações para infraestrutura pública.

Bibliografia Básica:

ARRUDA CÂMARA, Jacinto. Tratado de Direito Administrativo (coord. Maria Sylvia Zanella Di Pietro), vol. 6 (contratos administrativos), 2ª ed., São Paulo, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2019.

GIACOMUZZI, José Guilherme. Estado e Contrato - supremacia do interesse público "versus" igualdade: um estudo comparado sobre a exorbitância no contrato administrativo. São Paulo, Malheiros, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (atualizados de acordo com a Lei Federal nº 12.349/2010), 15ª ed., São Paulo, Dialética, 2012.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Concessões, Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e Contrato Administrativo - de acordo com as leis 8.666/93 e 8.883/94, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 1995.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2^a ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11^a.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito II - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e consequências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolve a vulnerabilidade contemporânea na civilização tecnológica, o papel do direito e os fundamentos do surgimento do direito ambiental e do direito do consumidor. As perguntas básicas que se buscará responder são: como o projeto racional/iluminista resultou nas catástrofes do Século XX? Em qual contexto histórico e filosófico surgiram os chamados direitos difusos materiais? Eles são frutos de uma ruptura da pós-modernidade? Que tipo de ruptura e com quais consequências? Como o direito deve tratar o tema do risco na sociedade contemporânea? É possível se falar de uma ética na pós-modernidade?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; a ética no mundo contemporâneo, fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos
BECK, Ulrich - Sociedade de Risco
JONAS, Hans - O princípio responsabilidade



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

LIPOVETSKY, Gilles - A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo

DWORKIN, Ronald - Levando os direitos a sério.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Poder
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo desenvolver reflexão filosófico-constitucional sobre o Poder e o Direito. O que é Poder? O Poder do Estado e o Poder nas relações humanas. Analisar o Poder do Estado nos diferentes períodos da história. O Poder do Estado na Constituição da República Federativa do Brasil. Refletir sobre o exercício do Poder político nas sociedades do século XXI.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do Mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOBBIO, Norberto. Os Intelectuais e o Poder - Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 14ª ed., Rio de Janeiro: GRAAL, 1999.

MAZARIN, Jules. Breviário dos Políticos. 2ª ed., São Paulo: 34, 2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A Conjectura Sistêmico-construcionista
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas para a efetividade do Direito. Discutir questões de método no âmbito da Teoria do Direito.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito. 2ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Teoria do Direito: aspectos macrossistêmicos. Rio de Janeiro/Seattle: Sapere Aude/Amazon, 2015.

_____. Filosofia Geral e do Direito, working paper, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Processo Penal e Garantias Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A efetividade do Processo Penal tem sido tema de debates, em especial sob o prisma da Constituição Federal, impondo a existência de um processo democrático, de igualdade entre as partes e respeito ao cidadão. Os rumos do processo penal na sociedade contemporânea e os aspectos penais e constitucionais dos direitos difusos e coletivos impõe a releitura do ordenamento jurídico brasileiro com base no nosso Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais: Visão Luso-Brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2007.

MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da. Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da; Freitas, Jayme Walmer de. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2.001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Marcus Elidius Michelli de Almeida
Disciplina:	Cláusulas Contratuais nos Contratos Empresariais - mecanismos para se evitar conflito
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo dos princípios e regras que norteiam a formação dos contratos em geral, bem como análise de alguns dos principais contratos empresariais, discutindo a sua redação e interpretação como forma de evitar conflitos.

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 15ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. v.3.

CAHALI FILHO, Yussef (coordenador). Contratos Nominados. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. Tratado teórico e prático dos contratos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1993.

v.1 a 5.

FORGIONI, Paula Andrea. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

GALGANO, Francesco. Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico dell'Economia. Padova: CEDAM, 1977, v.1.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Celeste C. Leite Santos
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito, Poder e Justiça: o Hiper ciclo e o Ordenamento Jurídico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Nosso ponto de partida funda-se não na razão de uma certa justiça, mas no sentimento da JUSTIÇA. Tantas têm sido as diferentes teorias da Justiça e sua viabilidade que se torna um problema determinar-se cientificamente o seu conceito. Não se trata apenas de perguntar, no âmbito do Direito, pelo justo, mas de fazer uma pergunta fundamental que afeta a própria essência do indivíduo: se o indivíduo deseja a Justiça; se pretende justificar sua conduta apelando para os atos de outros ou às normas de Direito Positivo com o qualificativo de "justas". Estas diferentes expressões de um denominador comum nos faz pensar que estamos ante algo mais que uma certa aspiração de incluir uma medida de ordem em nossas relações sociais. Novas formas de PODER e o HIPERCICLO do DIREITO visam evitar que a modernização perca o rumo. Fazer com que o poder seja submetido ao Direito é concretamente a função da política. O que deve prevalecer não é a lei do mais forte, e sim a força do Direito. O curso visa demonstrar que o Direito representa um modelo de ordem e que como arquétipo de nossa conduta não pode ser ao mesmo tempo, a expressão de qualquer tipo de ordem. A ordem que o homem persegue é a que simboliza a Justiça! A posição dita "neutra" sobre o Direito Positivo não mais satisfaz ao jurista que eleva sua voz frente ao Poder criado e amparado em formalismos legais e normas radicalmente injustas.

Bibliografia Básica:

- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KELSEN, Hans. A Ilusão da Justiça. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Martins Fontes, 2000. KELSEN, Hans. Que es Justicia? Trad. Albert Casamiglia. Barcelona: Ariel, 1982.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Trad. João B. Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Poder Jurídico e Violência Simbólica Problemas do PODER na Obra Póstuma de Hans Kelsen. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Eugênia Reis Finkelstein
Disciplina:	Comércio Eletrônico - Investimento em Startups
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso destina-se aos pós-graduandos em Direito, no núcleo de pesquisa em Direito Comercial que queiram especializar-se em Comércio Eletrônico, além de outros alunos de outras áreas de especialização que possam se aproveitar destes estudos. O módulo tem como objetivo apresentar aos alunos os conceitos e mecanismos fundamentais do Comércio Eletrônico brasileiro, como se dá a organização de novos empreendimentos, seus investimentos, capitalizações e problemas societários, de forma a acomodar os interesses dos agentes econômicos.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Ana Paula Gambogi, Contratos Via Internet, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- GRECCO, Marco Aurélio e MARTINS, Ives Gandra da Silva (coordenadores), Direito e Internet, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
- FINDELSTEIN, Maria Eugênia, Manual do Direito Empresarial, São Paulo: Editora GEN, 2016.
- FINDELSTEIN, Maria Eugênia, Direito do Comércio Eletrônico, São Paulo: Editora Elsevier, 2011.
- RÜCKER, Bernardo, Responsabilidade do provedor de internet frente ao Código de Defesa do Consumidor, disponível no site www.jus.com.br em 28 de julho de 2002.
- VOLPI NETO, A., Comércio Eletrônico - Direito e Segurança, Curitiba: Editora Juruá, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Novas Técnicas Contratuais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil Comparado
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Procurar-se-á, para compreender os contratos, tomar contato com as teorias alusivas às várias figuras contratuais, analisando-as, objetivamente, ante a realidade, em seu dinamismo, tendo por base o direito estrangeiro e o direito internacional privado, sem olvidar da moderna concepção de um direito obrigacional unificado, abrangendo todas as novas técnicas contratuais, sem cogitar de seu caráter comercial, civil ou internacional.

Bibliografia Basica:

DINIZ M.H. Tratado teórico e prático dos contratos. S. Paulo. Saraiva. 2013. 5 vols.

EISEMAN. Usages de la vente commerciale internationale. Oarus.1971.

SILVA PEREIRA. Caio M. Instituições de direito civil. Forense. v.3.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Análise da teoria do ordenamento jurídico e do sistema como instrumento lógico da construção científico-jurídica, questão da plenitude e consistência do sistema; dinâmica do sistema; ideia de sistema nas várias correntes jusfilosóficas, salientando o papel da ciência jurídica e da sua linguagem e a questão da unidade sistêmica das normas.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico, 1991.

Ferraz Jr., Teoria da norma jurídica, 1998.

_____. Conceito de Sistema no Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. 1962.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema do direito, São Paulo, Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Mauricio Garcia Pallares Zockun
Disciplina:	Delegação de atividades públicas para a iniciativa privada - Privatização da função pública
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Trata-se de disciplina encartada no Projeto de Pesquisa "Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas", vinculada à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal". Por meio desta disciplina pretende-se apurar os limites constitucionais da delegação das funções públicas. E neste contexto, analisar o regime jurídico diversas atividades trespassadas ao exercício privado a título de delegação, concessão, permissão e autorização, tais como concessão de rodovias, aeroportos, atividades notariais e de registro, geração, transmissão e distribuição de energia, portos, aeroportos etc.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 34ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2019. Malheiros Editores, 2019.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. "Natureza jurídica da concessão de serviço público". Revista de direito público, nº 19. São Paulo, Revista dos Tribunais, janeiro/março, 1972.

BARROSO, Luís Roberto. "Concessão de serviços públicos". Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, vol.4, nº 15. São Paulo, Revista dos Tribunais, abril/junho, 1996.

COUTO E SILVA, Almiro do. Privatização no Brasil e o novo exercício de funções públicas por particulares. Serviço público 'à brasileira'?. Conceitos fundamentais do direito no Estado constitucional. São Paulo, Malheiros Editores, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

_____. "Os indivíduos e o Estado na realização de tarefas públicas". Conceitos fundamentais do direito no Estado constitucional. São Paulo, Malheiros Editores, 2015.

_____. "Atividade econômica e serviços públicos". Conceitos fundamentais do direito no Estado constitucional. São Paulo, Malheiros Editores, 2015.

ZOCKUN, Maurício. Regime constitucional da atividade notarial e de registro. São Paulo, Malheiros, 2018.

FREIRE, André Luiz. O Regime de direito público na prestação de serviços públicos por pessoas privadas. São Paulo, Malheiros Editores, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Miguel Horvath Júnior
Disciplina:	Benefícios Previdenciários à Luz da Efetividade da Proteção Social
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito social. Efetividade dos direitos sociais. Proteção social à luz do constitucionalismo social. Teoria do risco social (riscos sociais e contingências sociais). Classificação do grupo previdenciário protegido. Dano presumido e dano real. Prestações previdenciárias - benefícios e serviços - diferenças. Estudo dos benefícios previdenciários previstos no ordenamento pátrio à luz da efetividade.

Bibliografia Básica:

Direitos Fundamentais Sociais. CRISTINA QUEIROZ. Coimbra. Ed Coimbra 2006;

El concepto de derecho sociales fundamentales. RODOLFO ARANGO. Bogotá. Ed. Legis, 2005.;

Sistema de Seguridade Social. WAGNER BALERA. São Paulo: Ed. LTr, 6 ed. 2012.

Direito Previdenciário. MIGUEL HORVATH JÚNIOR. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 9 ed. 2012;

O Poder Judiciário e as Políticas Públicas Previdenciárias. GISELLE DE AMARO FRANÇA. São Paulo: LTr. 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Nathaly Campitelli Roque
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - a busca pela Efetividade do Direito e o Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito - a busca pela Efetividade do Direito e o Acesso à Justiça, objetiva verificar os meios e ações pelas quais, na contemporaneidade, a Teoria do Direito se voltou à busca da efetividade das postulações jurídicas. A fim de compreender tal objetivo e como se tornou ele a preocupação central dos sistemas jurídicos na Contemporaneidade, partir-se-á da história das instituições e da cultura jurídicas e serão abordados os antigos e atuais métodos de investigação da Ciência do Direito, para fins de definição de referencial teórico. E, a partir de tais estudos e das discussões em sala de aula, serão abordadas as perspectivas teóricas e propostas práticas para o alcance dos objetivos de Efetividade do Direito, em especial pelo movimento de Acesso à Justiça.

Bibliografia Básica:

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP.
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História - lições introdutórias. São Paulo, Max Limonad, 2002.

REALE, Miguel. Teoria tridimensional do Direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Patrícia Miranda Pizzol
Professor Convidado:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Tutela Coletiva: o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina se destina ao exame da tutela coletiva, abrangendo o processo coletivo e os instrumentos de padronização das decisões judiciais, com destaque para o incidente de resolução de demandas repetitivas e os recursos repetitivos. O processo coletivo será estudado a partir do microssistema composto, especialmente, pela LACP, pelo CDC e por outros diplomas legais relativos à tutela coletiva. Os instrumentos de padronização das decisões judiciais serão examinados no contexto do CPC/2015, que valoriza a uniformização da jurisprudência e cria um sistema de precedentes vinculantes. Assim, quanto ao processo coletivo, serão abordados temas como legitimidade; conciliação, mediação e arbitragem no processo coletivo; ônus da prova e sua inversão; tutela provisória; competência, conexão e litispendência; coisa julgada e a questão prejudicial; liquidação e execução. No que tange aos instrumentos de padronização das decisões, serão analisados o incidente de resolução de demandas repetitivas; a técnica de julgamento dos recursos repetitivos; o incidente de assunção de competência; os precedentes vinculantes e sua (in)constitucionalidade; a relação entre as técnicas de julgamento de casos repetitivos e as ações coletivas, entre outros.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 14. ed. São Paulo: RT, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

_____. Incidente de resolução de demandas repetitivas: a luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. Constituição Federal comentada e legislação constitucional. 2. ed. em e-book baseada na 6. ed. impressa. São Paulo: RT, 2017.

PIZZOL, Patricia Miranda. A competência para as ações coletivas. In: Revista do Advogado, n. 130, 2016.

_____. A tutela antecipada nas ações coletivas como instrumento de acesso à justiça. In: NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; FUX, Luiz (Coord.). Processo e Constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SHIMURA Sérgio Seiji. Tutela Coletiva e sua Efetividade. São Paulo: Método, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Direito Tributário, Linguagem e Método
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O propósito do curso é estudar a Teoria Geral do Direito Tributário e seus reflexos na prática jurídica. As categorias fundamentais da dogmática jurídica-tributária serão analisadas e refinadas a partir dos novos instrumentos teóricos oferecidos pelas teorias da linguagem e pela filosofia da ciência. Com isso busca-se relacionar as repercussões práticas entre três campos de saber distintos, mas repletos de afinidades: Direito Tributário, Linguagem e Método

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, linguagem e método. 6ª.ed. São Paulo: Noeses, 2015.

_____. Curso de direito tributário. 27ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivção no Direito Tributário. 2ª. ed. São Paulo: Noeses, 2014.

FLUSSER, Vilém. Língua e Realidade. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

VILANOVA, Lourival. Causalidade e Relação Jurídica. 5ª.ed. São Paulo: Noeses, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Tributário.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Tributação e Segurança Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

- Introdução crítica à ciência do direito tributário
- Sobre a definição do conceito de tributo: uma investigação semântica.
- Fontes do direito tributário
- Vigência, validade e interpretação da legislação tributária
- Sistema do direito e princípios tributários
- Imunidades tributárias
- Normas Gerais do Direito Tributário
- A regra-matriz de incidência: hipótese tributária e fato jurídico tributário.
- A regra-matriz de incidência: consequente tributária e fato jurídico tributário
- Lançamento e crédito tributário
- Extinção das obrigações tributárias
- Isenções tributárias

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 6.ed. São Paulo: Noeses.

_____. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema.

Bibliografia Basica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 7.ed. São Paulo: Noeses, 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. 2ª.ed. São Paulo: Noeses, 2014.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a efetividade dos direitos fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso terá como enfoque o estudo de Temas Especiais em Direito Coletivo do Trabalho e a Efetividade dos Direitos Fundamentais. A abordagem consistirá no universo das relações coletivas com enfoque especial no exercício da liberdade sindical, a organização sindical e as relações sindicais internas e externas e as transformações do mundo do trabalho em confronto com as disposições legais, objetivando a análise crítica do modelo trabalhista brasileiro como instrumento da efetividade dos direitos fundamentais e estudo crítico e acadêmico da Lei nº 13.467/2017. Avaliação da crítica dos instrumentos normativos e o exercício de direitos fundamentais na democracia sindical e o exercício da democracia no âmbito empresarial.

Bibliografia Básica:

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma. Direito do Trabalho Parte I - Dogmática Geral. Coimbra: Almedina, 582 págs.;
- JOÃO, Paulo Sergio. Participação nos lucros ou resultados das empresas. São Paulo: Dialética, 1998, 95 págs.
- SUPIOT, Alain. Au-delà de l'emploi. Paris: Flammarion, 1999, 321 págs.; Homo juridicus. Paris, Seuil, 2005, 329 págs. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Renato Rua. A teoria da empresa e a regulação da relação de emprego no contexto da empresa. In Revista LTr., São Paulo, Vol. 69, nº 5, maio de 2005, págs.573-580;
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005.
- MELO, Raimundo Simão de. Dissídio Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa tratar do tema da Teoria da Decisão Jurídica, implicando distinguir a concepção positivista-analítica de Kelsen, Bobbio e Hart das concepções do positivismo crítico de Ferrajoli bem como do pensamento de Dworkin e Alexy e outras correntes de pensamento no tocante a teoria da decisão jurídica. O curso demonstrara como se deu a insatisfação teórica e axiológica contemporânea com a formulação positivista analítico-exclusivista, que coloca fora do âmbito da ciência do direito a aplicação do direito por considera-la insuscetível de um saber racional (política jurídica em Kelsen, discricionariedade em Hart e antinomia real em Bobbio), que levou ao uso da teoria dos princípios e da teoria da argumentação jurídica como métodos para reduzir ou mesmo eliminar o âmbito de plurissignificação da norma face ao caso concreto, reduzindo ou eliminando a esfera de decisão subjetiva do aplicador da norma .O curso implicara tanto no estudo crítico das concepções positivistas referidas como no da teoria dos princípios com a conseqüente relação entre direito e moral ,bem como da teoria da argumentação jurídica, além da teoria hermenêutica contemporânea e outras correntes de pensamento sobre o tema . Serão também abordadas outras concepções alternativas do tema.

Bibliografia Básica:

- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.
- FERRAJOLI, Luigi, Poderes Selvagens, Ed Saraiva, SP 2016
- HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009
- ALEXY, Robert, Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros Editores, SP 2008
- DWORKIN, Ronald, Levando os Direitos a Sério, Ed. Martins Fontes, SP 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Regina Helena Costa
Disciplina:	Tributação e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo do curso consiste em oferecer uma visão do estreito relacionamento entre a tributação e o exercício de direitos fundamentais. Serão analisadas as principais interferências no exercício de direitos constitucionalmente disciplinados, tanto no campo da fiscalidade, quanto da extrafiscalidade. Assim, constituirá objeto de estudo a relação entre a tributação e as diversas liberdades, o direito de propriedade, os direitos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como em relação ao direito do consumidor, dentre outros.

Bibliografia Básica:

ROBERT ALEXANDER - Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros.

ALIOMAR BALEEIRO - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, Forense.

ROQUE ANTONIO CARRAZZA - Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros.

REGINA HELENA COSTA: Curso de Direito Tributário - Constituição e Código Tributário Nacional, Saraiva;

REGINA HELENA COSTA: Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF, Malheiros.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Ricardo Hasson Sayeg
Professor Convidado:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito Quântico
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da Lógica Jurídica à luz da razão pura expressa pelas leis da física mecânica e quântica ajustadas pelos princípios deontológicos da proporcionalidade e da dignidade, para a análise da consubstancialidade entre o Direito Positivo, Direitos Humanos e Direito Realidade, constitutiva da singularidade da plenitude da Ordem Jurídica.

Bibliografia Básica:

CANTARINI, Paola. Teoria Erótica do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAYEG, Ricardo, GUERRA FILHO, Willis Santiago e BALERA, Wagner. Sistema de Direito Quântico. São Paulo: 2020 (previsão - no prelo).

SAYEG, Ricardo e BALERA, Wagner. Fator CapH. São Paulo: Max Limonad, 2019.

TELLES JUNIOR, Goffredo. Direito Quântico. São Paulo: Max Limonad, 1980.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Ricardo Hasson Sayeg
Professor Convidado:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Direito e Inteligência Artificial
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Conceito de Inteligência Artificial e a questão do humanismo. Machine Learning, Redes Neurais e Deep Learning. Inteligência artificial e sentenças judiciais. Inteligência artificial e racismo: Responsabilidade por racismo e discriminação por meio de Algoritmos. Diversos tipos de algoritmos de IA e Big Data (Algoritmos de busca, redes sociais, aplicativos. Estudos de casos. Utilização do "Compas" nos EUA. Inteligência Artificial, paradoxo dos veículos ("Trolley problem") e "Moral Machine". Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD ou LGPDP), Lei nº 13.709/2018. Lei do Cadastro positivo - Lei 12.424. Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (PLS 330/2013 e 5276/2016). Análise da experiência com o primeiro robô juiz do mundo na Estônia e de robôs em atuação no judiciário brasileiro. Análise do projeto "Cérebro humano", ou "Human Brain Project".

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. Fator CapH: capitalismo humanista. A dimensão econômica dos direitos humanos. São Paulo: Max Limonad, 2019.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica, 2ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

HEIDEGGER, Martin. Sobre o "Humanismo", in: Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo? in: Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAYEG, Ricardo H.; GUERRA FILHO, Willis Santiago; BALERA, Wagner. Sistema de Direito Quântico. São Paulo, 2020 (no prelo).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Roque Antônio Carrazza
Disciplina:	Tributos em espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A pesquisa girará em torno dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.), ao lume dos princípios constitucionais tributários. A pesquisa será conduzida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, seguindo a linha de pensamento do saudoso Mestre Geraldo Ataliba, que vem sendo aprofundada na nossa produção científica.

Bibliografia Básica:

- 1) Roque Antônio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 31ª ed., 2017).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 18º ed., 2007).
- 3) Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Mizabel Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 7ª edição, 1997).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015).



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável: Suely Ester Gitelman
Disciplina: Sistema Recursal à luz da Reforma Trabalhista
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2020
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

O programa a ser desenvolvido estudará os recursos cabíveis na Justiça do Trabalho, analisando os princípios e características da fase recursal, a repercussão da Reforma Trabalhista, a aplicação subsidiária do Novo Código de Processo Civil e suas dificuldades atuais.

Bibliografia Básica:

CINTRA, Antonio Carlos; GRINOVER, Ada Pelegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo, São Paulo: Malheiros.

MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática de Processo do Trabalho, São Paulo: LTr.

OLIVEIRA, Francisco Antonio. O processo na Justiça do Trabalho, São Paulo, RT.

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito Processual do Trabalho Esquematizado. São Paulo: Saraiva.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Filosofia do Direito: Justiça e Vingança
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

1. Para uma metódica de análise: história, mito e ontologia.
2. Themis e Diké.
3. A estrutura da vingança.
4. Vingança e justiça: o nascimento do tribunal.
5. A instituição penal e justiça/vingança.
6. Contrato e vingança.
7. Justiça: justeza e senso de justiça - para uma delimitação entre justiça e vingança.

Bibliografia Basica:

Nietzsche e o ressentimento - Para a genealogia da moral: livro de professor / Nietzsche ; tradução e adaptação de Oswaldo Giacoia Junior; coord. Antonio Jose Romera Valverde., ensaio 1 e 2.

Moral Epistemology, the Retributive Emotions and the Clumsy Moral Philosophy of Jesus Christ, de J.G. Murphy (Susan Bandes, item 5).

Antônio Cândido. Conde de Monte Cristo e a vingança capitalista. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

Justice v. Vengeance (Robert Solomon: em The Passions of Law, Susan Bandes, 1999, ensaio 4).

Justiça e linchamento - MARTINS, José de Souza. Linchamentos: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Filosofia do Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Teresa Celina Arruda Alvim
Professores Convidados:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim e Sérgio Seiji Shimura
Disciplina:	Processo nos Tribunais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4 ^{as} e 5 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Neste semestre, serão abordados, com profundidade, recursos e expedientes uniformizadores de que as partes podem lançar mão, nos Tribunais de 2.º e nos Superiores, para fazer valer seus direitos e também, muitas vezes, garantir a isonomia e previsibilidade do direito.

Bibliografia

ARRUDA ALVIM, Teresa. Embargos de declaração. 4. Ed. São Paulo: RT.

ARRUDA ALVIM, Teresa; DANTAS, Bruno. Recurso especial, recurso extraordinário e nova função dos Tribunais Superiores. 6. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. 17. Ed. Comentários ao Código de Processo Civil: volume V. Rio de Janeiro: Forense.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). São Paulo: Thomson Reuters Brasil

NERY JR., Nelson. Teoria Geral dos recursos. 7. Ed. São Paulo: RT.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Wagner Balera
Professor Convidado:	Thiago Lopes Matsushita
Disciplina:	Efetividade dos Direitos Econômicos e Culturais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os Direitos Humanos, sob a perspectiva do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, correspondem à dimensão prestacional que o tema comporta. Serão analisados a partir da perspectiva da regra matriz da ordem econômica e dos padrões conceituais da sociedade de risco, com a indagação básica da respectiva efetividade.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Amazon. 2018.

_____ Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento Anotada. Curitiba: Juruá. 2ª edição. 2018.

BECK, Ulrich. La Sociedad del Riesgo Mundial. Buenos Aires: Paidós. Tradução de Rosa S. Carbó. 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Laura T. Mota. 2000.

MATSUSHITA, Thiago Lopes. A regra-matriz de incidência e a regra-matriz da ordem econômica brasileira. In: XII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional, 2016, Bogotá. Libro de Memorias, 2015. v. 1. p. 981-998.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	William Santos Ferreira
Professor Convidado:	Cássio Scarpinella Bueno
Disciplina:	Direito e Processo - Tradições jurídicas, relações e análise crítica diante das exigências contemporâneas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

DIREITO E PROCESSO - Evolução científica do direito processual civil. Relações do direito material e do direito processual: aplicações. Modelo constitucional do direito processual civil. Partes e terceiros. Poder Público em Juízo. Direitos material e de provar - da instrumentalidade à eficiência (transição paradigmática, prova ilícita - escopos e desvirtuamentos). Direito material e ônus da prova. Contrato e Processo (compatibilizações, negócios processuais e outros temas). Posse, propriedade e tutela jurisdicional. Processos estruturais.

Bibliografia

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. "Reflexões sobre Direito e Processo", in Doutrinas Essenciais de Processo Civil, Vol. 1, p. 543-566, São Paulo: Revista dos Tribunais 2011.

FERREIRA, William Santos. Princípios fundamentais da prova cível. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. "Exceção de contrato não cumprido, defesas de mérito direta e indireta, reconvenção e os princípios da concentração e eventualidade - Compatibilizações materiais e processuais", in Direito e Processo - Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 1: teoria geral do direito processual civil. Parte geral do CPC. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2018.

TROCKER, Nicolò. Processo Civile e Costituzione - Problemi di Diritto Tedesco e Italiano, Milano: Giuffré, 1974.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Willis Santiago Guerra Filho
Professor Convidado:	Evani Zambon Marques da Silva
Disciplina:	Psicologia Jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Psicologia: interfaces com o Direito. Psicologia, Justiça e Humanismo. A Judicialização da Sociedade: a necessidade da compreensão interdisciplinar. Raciocínio Interdisciplinar (na interface Direito e Psicologia) como base para o alcance da justiça, respeito à individualidade e transformação da sociedade. A escuta psicológica e a contribuição co-construída para os operadores do Direito. Lei Jurídica, Lei simbólica e transgressão em viés psicanalítico. Novas tendências e desafios da relação Psicologia e Direito. Psicologia, direitos humanos e cidadania: o desafio da política. O Encontro do Direito e da Psicologia na Mediação. A desconstrução das relações familiares e humanas: Bioética e Direito. Os limites entre o público e o privado na nova ordem social.

Bibliografia Básica:

- ARIÉS, Phillipe. A História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- COHEN, Cláudio; SEGRE, Marcos. FERRAZ, Flávio (orgs.). Saúde Mental, Crime e Justiça. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica, 5a. ed., São Paulo: Saraiva, 2019.
- PINTO, Eduardo V.-C.; SILVA, Evani Z.M.; SARAIVA, Rute; FERREIRA, Mário
- B.. Direito e Psicologia. Portugal: Coimbra Editora, 2013.
- SILVA, Evani Zambon Marques da e CASTRO, Lí-dia R.F. Psicologia Judiciária. São Paulo: Edipro, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Willis Santiago Guerra Filho
Professor Convidado:	Ricardo Hasson Sayeg
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2020
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Estudar o enfoque sistêmico adotado por Luhmann e aquele quântico, em desenvolvimento a partir da contribuição seminal de Goffredo Telles Jr., para descrever o ordenamento jurídico de Estados considerados periféricos e democráticos na atual condição histórica, a qual evolui no sentido de uma crescente globalização da sociedade mundial enquanto pós-industrial. Como pano de fundo tem-se a questão mais ampla sobre que tipo de relação pode haver entre a abordagem sistêmica nos estudos jurídicos com aquelas que se caracterizam como críticas. A tentativa que aqui se faz é de ir além dessas abordagens, tendo-as como pré-requisito, buscando aproximação com o enfoque quântico. Para tanto, parte-se da descrição das características gerais da ordem jurídica da sociedade globalizada em que vivemos na atualidade, com um esboço da teoria evolucionista dos sistemas sociais autopoiéticos, passando ao exame da mudança neste paradigma que pode ocasionar o enfoque imunológico desenvolvido na área das humanidades, como também em áreas diferentes do conhecimento, concluindo com o exame de perspectivas de humanização do capitalismo e de afirmação dos direitos fundamentais numa sociedade mundial democrática.

Bibliografia Basica:

- BECKER, Theodore L. (org.). Quantum Politics: applying quantum theory to political phenomena. New York: Praeger Publishers, 1991.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria da Ciência Jurídica, 2ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.
- TELLES JR., Goffredo. Direito Quântico. São Paulo: Max Limonad, 1971.
- LUHMANN, Niklas. El derecho de la sociedad, trad.: Javier Torres Nafarette, 2ª. Ed., México (DF): Universidad Iberoamericana, 2005.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

SAYEG, Ricardo H.; GUERRA FILHO, Willis Santiago; BALERA, Wagner.
Sistema de Direito Quântico. São Paulo, 2020 (no prelo).

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.